DA AUTOSSEMIOTIZAÇÃO À AUTORREFERÊNCIA: O PROBLEMA DA REPRESENTAÇÃO EM UMA PERSPECTIVA SEMIOLÓGICO-ENUNCIATIVA DA AQUISIÇÃO DA ESCRITA

FROM SELF-SEMIOTIZATION TO SELF-REFERENCE: THE PROBLEM OF REPRESENTATION IN AN ENUNCIATIVE-SEMIOLOGICAL PERSPECTIVE OF WRITING ACQUISITION

Giovane Fernandes Oliveira (UFRGS)
giofoliver@gmail.com
https://orcid.org/0000-0001-8251-8353

RESUMO: *Este texto tem por objetivo apresentar um percurso teórico que conduz a uma resposta possível ao problema da representação na aquisição da escrita. Para tanto, além da introdução e da conclusão, organiza-se em duas seções. Na segunda seção, retoma as perspectivas de Ferreiro (1985) e de Borges (2006) acerca da questão representacional na constituição da criança como escrevente. Na terceira seção, expõe uma perspectiva semiológico-enunciativa a esse respeito, conforme a qual a passagem da escrita icônica à escrita linguística envolve, no vir a ser escrevente, a autossemiotização como representação semiológica fala-escrita e a autorreferência como representação enunciativa língua-realidade. Nessa passagem do ícone à letra, complexificam-se o escrito e o escrever, complexificação que estende, à escrita em constituição da criança, aquilo que já atravessa a sua fala mais constituída: a natureza articulada e significante da língua, assim como o fundamento da abstração e o princípio da imaginação criadora.*

PALAVRAS-CHAVE: *aquisição da escrita; semiologia; enunciação; representação.*

ABSTRACT: *This text aims to present a theoretical path that leads to a possible answer to the problem of representation in writing acquisition. To do so, in addition to the introduction and conclusion, the article is organized into two sections. The second section readdresses the perspectives of Ferreiro (1985) and Borges (2006) about the representational issue in the child's formation as a writer. In the third section, we present an enunciative-semiological perspective in this regard, a perspective according to which the passage from iconic writing to linguistic writing involves, in the process of becoming a person who writes, self-semiotization as a speech-writing semiological representation*

and self-reference as a language-reality enunciative representation. In this passage from the icon to the letter, what was written and writing itself become more complex, a complexification that extends to the writing in the child's constitution, that which already goes through their most established speech: the articulated and significant nature of the language, as well as the foundation of abstraction and the principle of creative imagination.

KEYWORDS: *writing acquisition; semiology; enunciation; representation.*

1 Introdução

Em "Sobre aquisição de linguagem e seu dilema (pecado) original", texto de 1982, Cláudia de Lemos aponta um dilema de base do campo aquisicional. Trata-se da incompatibilidade entre o **compromisso com a diacronia**, "a saber, com a identificação e a explicação das mudanças qualitativas que definiriam o processo de aquisição da linguagem", e o **compromisso com a sincronia**, o qual obriga o pesquisador "a descrever, em termos de categorias e estruturas definidas no interior das teorias lingüísticas vigentes, os enunciados representativos de cada momento do período que isola como objeto de estudo" (DE LEMOS, 1982, p. 98). De acordo com a autora, na prática da pesquisa,

> este dilema se concretiza na impossibilidade do investigador ser fiel a estes dois compromissos. Não há dúvida, porém, de que é pelo cumprimento do segundo que ele tem optado. É, com efeito, raro encontrar trabalhos sobre aquisição de linguagem, mesmo entre os que têm por objeto seus períodos iniciais, em que a produção lingüística da criança não seja descrita como instanciações de categorias como Nome e Verbo, Agente e Objeto, traços semânticos, regras sintáticas (DE LEMOS, 1982, p. 98).

Para De Lemos (1982, p. 120), o "pecado original" do campo da aquisição da linguagem "é um falso dilema que tem origem em um equívoco: o de tentar projetar teorias construídas a partir da análise de objetos – homogeneizados e abstraídos de sua relação com o sujeito – sobre a atividade lingüística desse mesmo sujeito".

Quatro décadas se passaram desde a publicação do artigo de De Lemos (1982), mas sua crítica permanece atual. Ainda há, no campo aquisicional, estudos que projetam, sobre a língua em constituição, categorias e estruturas da língua constituída. Em que pesem as contribuições desses trabalhos no que concerne à análise de aspectos específicos

da fala e da escrita infantis, os custos teóricos se fazem ouvir no silêncio deixado pela escassez de explicações relacionadas ao processo de aquisição como um todo.

Poder-se-ia contra-argumentar que, ao longo dos últimos quarenta anos, tal campo passou a incluir perspectivas textuais, enunciativas e discursivas. Ora, se não se pode dizer que estas sejam teorias cegas à heterogeneidade e à subjetividade, não é menos verdade que (tanto quanto as teorias fonológicas, morfológicas e sintáticas) tendem a ser "aplicadas" aos dados de aquisição sem que se tire, da maior parte dessas "aplicações", interpretações de ordem mais geral acerca do fenômeno aquisicional.

Se, antes, a produção linguística da criança era descrita em termos de categorias como *nome* e *verbo, agente* e *objeto*, hoje, vemos tal produção ser analisada, também, à luz de categorias como *singularidade, interlocução, construção de sentidos, práticas sociais*. Contudo, permanecem raros "os trabalhos em que o ponto de chegada não se sobreponha ao ponto de partida ou em que não seja dado como pressuposto muito daquilo cuja gênese se está procurando reconstituir" (DE LEMOS, 1982, p. 98-99). Um sintoma desse quadro é a formulação, como resultados de uma pesquisa, de asserções que não fazem senão parafrasear as ideias do referencial teórico dessa mesma pesquisa.

Outro sintoma, mais agudo, é a ausência de *teorizações* – no sentido forte do termo, vale dizer, no sentido de *problematizações* e de *proposições teóricas* – acerca do que Scarpa (2009, p. 199) chama de "questões fundantes da Aquisição da Linguagem", como as relações "entre o inato e o adquirido, entre o biológico e o simbólico, entre o linguístico e o extra-linguístico, entre o sujeito (aprendiz?) e o objeto (a ser aprendido?)".

Tal ausência é ainda mais acentuada dentre os estudos desse campo que se voltam para a aquisição da escrita, estudos cujas preocupações têm se concentrado na descrição da escrita infantil e nos desafios atinentes ao seu ensino-aprendizagem em contexto escolar. Poucos são os trabalhos – especialmente no Brasil – que teorizam a propósito de problemas de fundo ligados à escrita em estado nascente.

Em minha tese de doutoramento (*cf.* OLIVEIRA, 2022b), ao estabelecer as bases de uma perspectiva semiológico-enunciativa da aquisição da escrita, busquei contribuir para a modificação de um tal cenário. Ancorado, teoricamente, na teoria da linguagem de Émile Benveniste e, empiricamente, em dois *corpora* longitudinais de escrita infantil, produzi uma teorização e uma análise à luz das quais pude responder a grandes questões que, penso, não podem ser contornadas por uma perspectiva teórica sobre o vir a ser

escrevente: a questão da relação fala-escrita, a questão do inato e do adquirido, a questão da representação, a questão da consciência metalinguística e a questão da mudança.

Neste texto, de cunho teórico, objetivo apresentar o percurso que me conduziu à formulação de uma resposta possível à **questão da representação**. Para tanto, organizo a reflexão em duas seções, além desta introdução e da conclusão: na segunda seção, retomo brevemente duas perspectivas de entendimento da questão da representação na aquisição da escrita; na terceira seção, exponho a minha própria proposta a esse respeito.

2 O problema da representação nos estudos de aquisição da escrita

Central nos estudos de aquisição da escrita, a questão da representação é abordada mais detidamente, nesse campo, por duas teóricas: Emília Ferreiro e Sônia Borges.

Ferreiro (1985) afirma que a escrita pode ser concebida como *sistema de representação da linguagem* ou como *código de transcrição gráfica das unidades sonoras*. Conforme a autora, um *sistema de representação*, ao se constituir como tal, não encontra relações e elementos *a priori*, passando por um longo processo histórico até se fixar na coletividade, enquanto um *sistema de codificação* supõe elementos e relações pré-determinados, oriundos de sistemas representacionais já constituídos.

São exemplos de construção de sistemas de codificação a transcrição das letras do alfabeto em código telegráfico, a transcrição dos dígitos em código binário computacional, a produção de códigos secretos para uso militar, a transcrição da escrita em código Morse, todos os quais se baseiam em sistemas representacionais já constituídos (o sistema alfabético e o sistema numérico decimal).

São exemplos de construção de sistemas de representação as letras e os números, cuja aprendizagem impõe às crianças dificuldades conceituais, visto que "devem compreender seu processo de construção e suas regras de produção, o que coloca o problema epistemológico fundamental: **qual é a natureza da relação entre o real e a sua representação?**" (FERREIRO, 1985, p. 8, negritos meus).

Detendo-se nas escritas alfabéticas, Ferreiro (1985, p. 9) pontua que, embora tais escritas representem as diferenças entre os significantes e as escritas ideográficas representem as diferenças entre os significados, nenhum desses dois tipos de

representação é "puro". Isso porque, assim como os sistemas alfabéticos incluem componentes ideográficos, os sistemas ideográficos incluem componentes fonéticos.

Segundo a autora, na concepção de escrita enquanto código de transcrição, desaparecem a linguagem como *objeto de conhecimento* (porque reduzida a uma série de sons contrastantes) e a criança como *sujeito cognoscente* (porque reduzida a um organismo dotado de habilidades como visão e coordenação motora). Em contrapartida, a concepção de escrita enquanto sistema de representação desloca o foco da discriminação perceptiva (auditiva, visual e manual) à compreensão da natureza representacional da escrita: "[...] se a escrita é concebida como código de transcrição, sua aprendizagem é concebida como a aquisição de uma técnica; se a escrita é concebida como um sistema de representação, sua aprendizagem se converte na apropriação de um novo objeto de conhecimento, ou seja, uma aprendizagem conceitual" (FERREIRO, 1985, p. 9).

Em linhas gerais, na proposta de Ferreiro (1985), filiada teoricamente à psicologia genética piagetiana, há dois tipos de representação: a **representação alfabética da "linguagem" pela escrita** (definida em termos não de transcrição, mas de reprodução com diferenças) e a **representação conceitual do sistema alfabético** (definida em termos não de aquisição de uma técnica, mas de processo de aprendizagem em que a criança enquanto sujeito cognoscente apropria-se conceitualmente da escrita enquanto objeto de conhecimento e sistema representacional).

Outra teórica a abordar a questão da representação é Borges (2006), a qual o faz distanciando-se de perspectivas psicológicas como a de Ferreiro (1985):

> No corpo das teorias psicológicas, de um modo ou de outro, todas as noções estão relacionadas ou implicam a noção de representação. Por exemplo:
>
> - o sujeito – da Psicologia – está na origem de suas representações, que resultam dos procedimentos de percepção e de generalização mediante os quais esse sujeito chega a conhecer as coisas do mundo; assim sendo, o papel do outro é descartado ou relativizado nesse processo;
> - as representações são fonte de verdade, porque se parte da possibilidade de sua adequação à coisa representada;
> - os processos cognitivos têm uma existência prévia e são determinantes das interferências que a linguagem possa ter na construção de representações;
> - a linguagem oral e a escrita são veículos de representações e, assim como as outras coisas do mundo, também podem ser objetivas e representadas (BORGES, 2006, p. 80).

Filiando-se ao interacionismo estrutural de Cláudia de Lemos, Borges (2006, p. 97) defende que "o acesso da criança à escrita implica a representação. Implica que a

criança transite pelas representações do Outro, isto é, pelas representações sobre a língua escrita que antecedem à sua na ordem discursiva em que está inserida". Contudo, não se trata da representação como fenômeno psíquico, consciente e intencional: "As representações são simulacros, semblantes imaginários e simbólicos, construídos pelos discursos, porque [...] só os discursos ligam, estabelecem classes, categorias, propriedades, para o real das coisas, inclusive o da linguagem" (BORGES, 2006, p. 97).

Ainda de acordo com Borges (2006), ao ser imersa em situações de leitura e de escrita de textos, a criança vai produzindo representações simbólicas e imaginárias, o que conduz a autora à formulação da hipótese de que "transitar pelos discursos do Outro – orais e escritos – permite que emerjam representações em sua escrita sobre o que é possível na língua – escrita – constituída", ou seja, a alteridade "possibilita que a criança tenha acesso e possa reconstituir as representações simbólico-imaginárias já estabelecidas, sobre as linguagens oral e escrita" (BORGES, 2006, p. 97).

Em linhas gerais, na proposta de Borges (2006), há um deslocamento da noção de *representação* do terreno da psicologia para os terrenos da linguística estrutural (Saussure e Jakobson), da psicanálise (Freud e Lacan) e da filosofia desconstrutivista (Derrida), deslocamento em que as representações passam a ser concebidas como **simulacros simbólico-imaginários**, constituídos pelo Outro enquanto universo de discursos "orais" e escritos pelos quais transita a criança enquanto sujeito efeito de linguagem, trânsito no qual reconstitui as representações sobre as "linguagens oral e escrita" como sistemas diferentes, mas não subordinados um (o da escrita) ao outro (o da "oralidade").

A breve retomada dos estudos de Emília Ferreiro e de Sônia Borges cumpre, aqui, apenas a função de situar o problema da representação no campo da aquisição da escrita. Embora eu reconheça o mérito de cada teórica (no caso de Ferreiro, sobretudo o distanciamento de uma noção ingênua de *representação*, com a distinção entre esta e a noção de *codificação*; no caso de Borges, sobretudo o lugar primordial conferido, em sua teorização, à linguagem e à alteridade), tomarei, na seção seguinte, uma outra via de abordagem da questão representacional.

3 Representação, semiologia e enunciação na aquisição da escrita

Nesta seção, operarei deslocamentos da teoria da linguagem de Émile Benveniste para sustentar os seguintes princípios:

(1) A aquisição da escrita provoca a passagem do princípio icônico ao princípio alfabético na autossemiotização da língua.

(2) A aquisição da escrita promove a representação e a recriação de realidades discursivas na autorreferência da enunciação.

O princípio (1) implica três questões: (a) a **questão do princípio icônico**, (b) a **questão do princípio alfabético** e (c) a **questão da autossemiotização da língua**.

O princípio (2) implica, igualmente, três questões: (a) a **questão da representação da realidade**, (b) a **questão da recriação da realidade** e (c) a **questão da autorreferência da enunciação**.

Cada uma das duas subseções a seguir focaliza um desses princípios e suas respectivas questões.

3.1 Autossemiotização: a representação semiológica fala-escrita

A noção de *representação* apresenta diferentes – mas convergentes – acepções nos textos de Benveniste, nos quais o termo *representação* alterna com outros termos, como *simbolização*, *significação*, *evocação*, *reprodução*, *recriação*, *transposição*, *iconização*, *transferência*, *prolongamento*, *revezamento*, *retomada*, *retransmissão* e *objetivação gráfica*.

Uma incursão por escritos presentes tanto nos *Problemas de linguística geral I* e *II* quanto nas *Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)*[1] levou à identificação de contextos de aparecimento da noção de *representação* vinculados à capacidade de simbolizar; às relações língua-realidade, língua-pensamento, locutor-alocutário, forma-sentido, língua-sociedade-cultura; ao signo em geral; ao significado como componente do signo linguístico; ao signo icônico.

[1] Doravante, PLG I e II e *Últimas aulas*, respectivamente. Acerca das *Últimas aulas*, em Oliveira (2022b), problematizo a gênese editorial desse texto póstumo e estabelecido geneticamente a partir de notas não somente de Benveniste, mas igualmente de ouvintes seus. Também em Oliveira (2022b), procedo a uma incursão pelas *Últimas aulas* em busca das acepções benvenistianas de *escrita* que aí vão sendo formuladas e reformuladas. Devido aos limites do presente texto, não entrarei em tais detalhes editoriais e intrateóricos.

Neste artigo, ressaltarei alguns desses contextos, a começar por este da "Aula 8":

> Saussure defende a ideia banal da escrita como sistema subordinado à língua. Ora, nada impede de imaginar um "signo icônico" (ou "simbólico", como se queira, a escolha dos termos independe totalmente da terminologia de Peirce) que associaria o pensamento a uma materialização gráfica, *paralelamente* ao "signo linguístico", associando o pensamento à sua verbalização idiomática. A **representação icônica** se desenvolveria *paralelamente* à **representação linguística** e não em subordinação à forma linguística.
> Essa iconização do pensamento suporia provavelmente uma relação de outra espécie entre o pensamento e o ícone do que aquela entre o pensamento e a fala, uma relação menos literal, mais global (BENVENISTE, [1969/2012] 2014, p. 132-133, aspas e itálicos do original, negritos meus).

O princípio icônico, isto é, o "princípio da *representação por imagens*" (BENVENISTE, [1969/2012] 2014, p. 117, itálicos do original), envolve o ícone enquanto materialização gráfica associada ao pensamento e ao referente. Tal associação é por Benveniste considerada uma *representação icônica*, distinta da *representação linguística*, a qual associa, ao pensamento e ao referente, um signo linguístico enquanto verbalização idiomática.

Nessa lição, lemos que "o homem começa sempre representando graficamente o *objeto* do discurso ou do pensamento, ou seja, o **referente**" (BENVENISTE, [1969/2012] 2014, p. 139, itálico do original, negrito meu). A escrita nasce, pois, como *representação gráfica do mundo* e não como *representação gráfica da língua*.

Conforme vemos na "Aula 9" e na "Aula 10" (*cf.* OLIVEIRA, 2022b, p. 59-87), a escrita como representação gráfica do mundo é a escrita do referente, pois comunica as "coisas" de que se fala e não o discurso que fala das "coisas", sendo comum tanto à invenção da escrita quanto à sua aquisição. Já a escrita como representação gráfica da língua é a escrita da língua, porque toma esta como modelo, reproduzindo a fonia em grafia e compondo-se de um número limitado de signos.

É na "Aula 12" que Benveniste teoriza a mudança de uma escrita à outra. Nessa aula, ele argumenta que a escrita foi e é, em seu princípio, um meio paralelo à fala de contar as coisas, de transmitir/conservar/veicular a distância uma mensagem/um enunciado e de querer realizar graficamente o semiótico. Só progressivamente a escrita se literaliza, deixando de ser paralela à língua para a ela se subordinar, adquirindo face linguística. Nessa subordinação da escrita à língua, esta semiotiza a si própria:

> A língua opera uma redução sobre si mesma.
> De sua função instrumental desprende-se sua função representativa, cujo instrumento é a escrita. Ora, a escrita muda de função: de instrumento para iconizar o real, ou seja, o *referente*, a partir do discurso, ela se torna, pouco a pouco, o meio de representar o próprio discurso, logo os elementos do discurso, logo os elementos desses elementos (sons/letras)" (BENVENISTE, [1969/2012] 2014, p. 157, itálico do original).

Nessa citação, destacam-se duas acepções do termo *instrumento*.

A primeira acepção é a de escrita como *instrumento de iconização do real*. Tal escrita tem *função instrumental* e, se produz representações, estas não são senão icônicas, isto é, associações do pensamento e do referente a materialidades gráficas não literalizadas, mas globais (ícones).

A segunda acepção é a de escrita como *instrumento de autossemiotização da língua*. Essa escrita tem *função representativa* e produz representações linguísticas, quer dizer, associações do pensamento e do referente a verbalizações idiomáticas que, literalizadas, representam graficamente os elementos do discurso falado.

A passagem da escrita como instrumento de iconização do real à escrita como instrumento de autossemiotização da língua é a passagem do princípio icônico ao "princípio alfabético: uma letra, um som" (BENVENISTE, [1969] 2006, p. 53-54) – ou, mais precisamente, um grafema, um fonema.

Na aquisição da escrita, a criança começa tentando (inconscientemente) representar os referentes do mundo. Por que "tentando"?

Porque, em uma relação muito inicial com a escrita, ela não produz senão rabiscos, traços indistintos, marcas disformes deixadas sobre o papel por uma mão que ainda não assumiu o papel da boca na *re-produção* do linguístico, por um corpo ainda não submetido às transformações sensório-motoras e simbólicas desencadeadas pela escrita (*cf.* OLIVEIRA, 2022b, p. 123-148).

Por isso, antes da escrita icônica, antes do surgimento de formas figurativas que, gradualmente, vão se tornando identificáveis como desenhos, a escrita infantil se reduz a formas gráficas indiferenciadas. Tais formas, para serem reconhecidas como significantes ainda que não realizando graficamente a língua, supõem a realização vocal desta. É o discurso falado – da criança e do outro – que vai informando de significância aquilo que *virá a ser* discurso escrito, mas que ainda não passa de "obscura volição, impulso que se descarrega em gestos, mímica" (BENVENISTE, [1958] 2005, p. 69).

A fim de que essa escrita que *re-produz* o mundo globalmente, iconizando o pensamento, passe a o *re-produzir* literalmente, vale dizer, com *letras*, ela precisa mudar de função. Da função instrumental a partir do discurso, a escrita passa, então, à função representativa do próprio discurso, passando a representar não mais apenas os referentes materiais (pessoas, animais, objetos), mas também – e sobretudo – o enunciado falado (e seus elementos formais) que representa(m) os referentes materiais.

Na "Aula 12", ao tratar do princípio fundamental da escrita, Benveniste afirma que, "no princípio, queremos transmitir ou conservar uma *mensagem*. Queremos, então, veicular *à distância* um enunciado, **queremos *realizar graficamente o semiótico***" (BENVENISTE, [1969/2012] 2014, p. 156, itálicos do original, negritos meus).

Ora, essa ideia de *realização gráfica do semiótico* é, no mínimo, curiosa. Afinal, se, no princípio, a escrita é ainda icônica (representação gráfica do mundo) e não literal (representação gráfica da língua), que semiótico é esse que *queremos realizar graficamente*?

Talvez seja prudente atentarmos, na última expressão em itálico, ao uso do verbo *querer*, o qual não significa *conseguir*[2]. Mais do que uma realização gráfica do semiótico, a escrita icônica é uma tentativa de tal realização, pois essa escrita não tem, ainda, uma estrutura formal de base para realizar graficamente. Ou, melhor dizendo, a estrutura formal de base da escrita icônica não é outra que a língua em sua realização vocal.

A esse propósito, em relação à sociogênese da escrita, não podemos senão especular: "Quando o homem primitivo 'representa[va]' desenhando um animal ou uma cena" (BENVENISTE, [1969/2012] 2014, p. 137), será que ele não significava vocalmente (para um semelhante, por exemplo) essa representação gráfica do mundo? Se "a língua pode – e pode sozinha – dar a um objeto ou a um processo qualquer o poder de *representar*" (BENVENISTE, [1969/2012] 2014, p. 157, itálico do original), que língua é essa que tornaria significante a escrita icônica senão uma língua realizada vocalmente?

Porém, em relação à ontogênese da escrita, temos condições de ir além da especulação. Ora, as primeiras escritas infantis (desde aquelas que tentam ser icônicas, mas ainda não passam de rabiscos, até aquelas que já começam a reproduzir, em desenhos,

[2] De igual forma, *querer* não significa necessariamente *ter a intenção de*. A partir da ideia benvenistiana de *necessidade de referir*, essa entrega da criança aos rabiscos pode ser compreendida como efeito da injunção ao exercício de sua aptidão simbólica não mais somente pela fala, mas igualmente pela escrita (*cf.* adiante).

formas mais similares às do referente) são significadas via discurso falado pela criança e pelo outro. Isso ocorre na já referida subordinação da escrita à língua, ao longo da qual a primeira vai se literalizando e adquirindo a face da segunda, "conformando-se a uma imagem cada vez mais formal da língua" (BENVENISTE, [1969/2012] 2014, p. 156).

Entretanto, o ponto de chegada de Benveniste não é a acepção de escrita literal, da "Aula 12", mas sim a acepção de escrita como forma secundária da fala, da "Aula 15". Nessa lição, ele descarta as noções de *signo* e de *sistema de signos* na problematização da escrita, para concebê-la não mais como subordinada à língua, mas como uma forma semiológica de realização desta. Trata-se de uma forma secundária, relacionada à forma primária (a fala) em termos não de subordinação e sim de *correspondência grafofônica*, em que "a escrita é não um signo, mas um ***revezamento*** (*relais*) da fala: um dispositivo que **retoma** e **retransmite** o conjunto dos signos recebidos" (BENVENISTE, [1969/2012] 2014, p. 181, itálicos do original, negritos meus).

Revezamento, *retomada* e *retransmissão*: tais termos, da "Aula 15", parecem dialogar com a ideia de *autossemiotização*, da "Aula 12":

> A autossemiotização da língua: [...]
> Isso quer dizer que o falante se detém sobre a língua em vez de se deter sobre as coisas enunciadas; ele leva em consideração a língua e a descobre significante; ele observa recorrências, identidades, diferenças parciais, e essas observações se fixam em representações gráficas que objetivam a língua e que suscitam, enquanto imagens, a própria materialidade da língua.
> A escrita e, mais particularmente a escrita alfabética, é o *instrumento da autossemiotização da língua*. Como? Em virtude das seguintes proposições:
>
> 1) A língua é o único sistema significante que pode descrever a si mesmo em seus próprios termos. A **propriedade metalinguística** é própria à língua, pelo fato de ela ser o interpretante dos outros sistemas.
> 2) Porém, para que a língua se semiotize, ela deve *proceder a uma objetivação de sua própria substância*. A escrita *torna-se* progressivamente o instrumento dessa **objetivação formal** (BENVENISTE, [1969/2012] 2014, p. 156, itálicos do original, negritos meus).

Se, na "Aula 12", a ideia de *autossemiotização* está associada mais à acepção de escrita literal, na "Aula 15", os termos que parecem dialogar com tal ideia (*revezamento*, *retomada*, *retransmissão*) refinam-na e a associam, também, à acepção de escrita como forma secundária da fala. Nessa acepção, a escrita não se reduz mais a uma forma paralela/independente (como a escrita icônica), tampouco consiste somente em uma forma conformada/subordinada à língua (como a escrita literal). Quem diz *forma secundária da fala* diz, pois, *forma secundária de realização da língua*.

Tal refinamento da ideia de *autossemiotização* introduz uma nova acepção de *representação*, ligada a uma relação entre a fala e a escrita não mais unicamente da alçada da literalização, como se a escrita fosse um decalque da fala, mas principalmente da alçada do revezamento, em que as duas são tomadas como manifestações da língua.

Essa nova acepção de *representação* mostra que a autossemiotização é uma relação de interpretância[3] da língua por si mesma, relação que pode se instanciar de duas maneiras: como descrição metalinguística (proposição 1) e como objetivação formal (proposição 2).

A descrição metalinguística é a relação de autointerpretância em que a língua, ao voltar-se sobre si, autossemiotiza-se no sentido de significar a si mesma, isto é, de ser "capaz de se tomar, [ela] própria, como objeto" e de "se descrever em seus próprios termos" (BENVENISTE, [1969/2012] 2014, p. 120).

A objetivação formal é a relação de autointerpretância em que a língua, ao voltar-se sobre si, autossemiotiza-se no sentido de converter sua substância fônica (audível) em substância gráfica (visível), sendo "[a] escrita o instrumento e a manifestação do processo de autossemiotização da língua" (BENVENISTE *apud* LAPLANTINE, 2013, s/p.).

Esses dois tipos de *autointerpretância* não são, contudo, mutuamente excludentes, pois o próprio Benveniste situa a proposição (2) como condição da proposição (1). Tal dependência talvez não seja tão evidente no exercício da descrição metalinguística pelo falante-escrevente comum (não linguista), sobretudo quando este a exercita via enunciação falada. Mas essa dependência se torna mais perceptível em situações enunciativas como aquelas analisadas em Oliveira (2022b), nas quais a criança escreve *e* fala sobre a língua enquanto escreve. Nesse caso, a relação de autointerpretância é, a um só tempo, uma relação em que a língua como fala interpreta (significa) a língua como escrita e uma relação em que a língua como escrita interpreta (objetiva) a língua como fala em uma substância semiológica outra.

Na "Aula 15", Benveniste deixa mais clara a dependência entre os dois tipos de autointerpretância:

> Não teria sido possível refletir acerca da análise da linguagem falada se não se dispusesse dessa "linguagem visível" que é a escrita. Só essa realização de uma forma secundária do discurso permitiu tomar consciência do discurso em seus

[3] Também devido aos limites deste texto, não abordarei, aqui, a noção benvenistiana de *interpretância*. Para mais informações a esse respeito, ver Rosário (2018) e Oliveira (2022b).

> elementos formais e analisar todos os seus aspectos (BENVENISTE, [1969/2012] 2014, p. 179, aspas do original).

Na aquisição da escrita, sob os efeitos da "visibilidade" da escrita, a criança vai se tornando sensível ao discurso em seus elementos formais não só ao escrever e ao ler sozinha, mas também ao falar *da* língua enquanto escreve *na* língua, bem como enquanto lê e escuta o outro lendo para ela ou, ainda, enquanto o vê escrevendo para ela ler – trabalho partilhado, em casa e na escola, por aqueles com os quais a criança vai produzindo um saber sobre as letras e a sua combinatória.

Nessas situações de troca e de diálogo, a criança vai se deslocando entre representações icônicas e representações linguísticas, associando o pensamento não só ao ícone (relação global), ao desenhar, mas também à fala (relação literal), ao escrever. Em enunciados nos quais se fundem e se confundem traçados, desenhos, letras e números, vão brotando, pouco a pouco, signos linguísticos (verbalizações idiomáticas) ali onde antes não havia senão rabiscos (traços indistintos) e signos icônicos (materializações gráficas de referentes do mundo).

O princípio (1) – o de que a aquisição da escrita provoca a passagem do princípio icônico ao princípio alfabético na autossemiotização da língua – destaca a acepção de *representação* como retomada e retransmissão, pela escrita, dos signos da fala. Essa retomada/retransmissão não é senão a autossemiotização enquanto objetivação formal que, na conversão fala-escrita, a língua opera de sua própria substância.

Vimos, todavia, que essa autossemiotização faz-se acompanhar, no vir a ser escrevente, de um outro tipo de autointerpretância: a descrição metalinguística. Tal descrição é um *falar da língua* que introduz uma última acepção de *representação*, acepção que se vincula ao princípio (2) – o de que a aquisição da escrita promove a representação e a recriação de realidades discursivas na autorreferência da enunciação –, princípio teorizado a seguir.

3.2 Autorreferência: a representação enunciativa língua-realidade

Antes de passarmos às três questões contidas no princípio (2) – (a) a questão da representação da realidade, (b) a questão da recriação da realidade e (c) a questão da

autorreferência da enunciação –, é preciso esclarecer o que, a partir de Benveniste e nos limites deste artigo, entendo por **referência**[4].

Em uma acepção geral, a referência pode ser entendida como "uma certa relação com o mundo" (BENVENISTE, [1970] 2006, p. 84) expressa pela língua em emprego na enunciação: trata-se, pois, de uma relação discursiva. Tal acepção geral pode ser desdobrada em duas acepções específicas – uma atinente à palavra e outra, à frase.

Ao passo que o "'referente' [...] é o objeto particular ao qual a palavra corresponde no concreto da circunstância ou do uso", "a 'referência' da frase é o estado de coisas que a provoca, a situação de discurso ou de fato a que ela se reporta e que nós não podemos jamais nem prever nem adivinhar" (BENVENISTE, [1966/1967] 1974, p. 226-227, aspas do original, tradução minha).

Assim, enquanto a palavra liga-se a um **objeto discursivo** (referente), a frase vincula-se a uma **situação de discurso** (referência). No caso da relação palavra-referente, temos uma certa relação com o mundo estabelecida no âmbito local de um termo no seio do enunciado. No caso da relação frase-referência, temos uma certa relação com o mundo estabelecida no âmbito global do enunciado como um todo. Dito de outra maneira, a referência envolve a relação da frase/enunciado/discurso, em sua globalidade, com uma dada situação; já o referente envolve a relação da palavra, em sua localidade no interior da frase, com um objeto particular.

Na citação anterior, retirada de "A forma e o sentido na linguagem" (1966/1967), Benveniste define a referência da frase tanto como o estado de coisas que a provoca (e que, portanto, é anterior a ela) quanto como a situação de discurso à qual ela se reporta (e que, portanto, é por ela projetada). Tal ambivalência da relação frase-situação é explicitada na "Primeira aula" (de 1º de dezembro de 1969): "[...] um enunciado apenas tem sentido em uma situação determinada, à qual se refere. Ele apenas adquire sentido em relação à situação, mas, ao mesmo tempo, configura essa situação" (BENVENISTE, [2012/1969] 2014, p. 193).

Há, pois, uma relação dialética entre a situação de produção do discurso e o discurso produzido, o qual é tanto provocado pela situação (referência enquanto **condição** da enunciação) quanto a configura (referência enquanto **efeito** da enunciação). Em outras palavras, existe um contexto situacional que ancora socialmente o discurso, determinando

[4] Para mais informações sobre o problema da referência no pensamento benvenistiano, ver Oliveira (2022a).

os seus modos de enunciação, ao mesmo tempo que o contexto é determinado por tais modos no sentido de que deles recebe uma "certa" configuração.

De posse dessas definições de *referência* e de *referente*, passemos às três questões contidas no princípio (2), começando pela questão (c).

A questão da autorreferência da enunciação concerne à realidade discursiva que cada ato enunciativo institui ao *falar de* (seja este um *falar do mundo* ou um *falar da língua*). A esse propósito, Flores (2019, p. 84) defende que "a enunciação impõe uma relação muito particular entre língua e realidade, o que possibilita falar que a enunciação, em função da propriedade autorreferencial, dá existência a um dado mundo na língua". O autor sinaliza uma dialética entre a língua e a enunciação na autorreferência: "É nessa dialética entre a língua – que é de todos – e a enunciação – que é de cada um – que se constrói um mundo, uma realidade configurada em discurso" (FLORES, 2019, p. 108). Tal realidade configurada discursivamente é a autorreferência enquanto efeito da relação dialética entre o sistema linguístico socialmente partilhado e o ato enunciativo que o atualiza singularmente no singular discurso de um locutor.

Enfatizando essa dialética entre o social e o individual, argumento, em Oliveira (2022a), que a autorreferência não está desligada das "condições sociais nas quais a língua se exerce" (BENVENISTE, [1958] 2005, p. 292). Se lembrarmos que a referência é efeito da enunciação, mas também a sua condição enquanto situação que a provoca, e que o locutor é tanto um falante-escrevente de uma língua quanto um participante da sociedade que fala-escreve essa língua, não podemos ignorar que a enunciação é "definida por Benveniste como manifestação subjetiva e individual, que visa a 'dizer alguma coisa'", mas que é "'regrada por instituições sociais', das quais o locutor não é o mestre" (ONO, 2007, p. 218, aspas do original, tradução minha).

Considerando que "a enunciação institui uma relação entre língua e realidade que, mediada pelo falante [e escrevente], passa a ser a realidade do falante [e escrevente]" (FLORES, 2019, p. 108, acréscimos meus) e que "a enunciação não é nem puramente individual nem puramente institucional" (ONO, 2007, p. 218), podemos concluir que o falante-escrevente é tanto mediador da relação língua-realidade quanto mediado pela língua na relação dele próprio com o real.

Nessa dupla relação de mediação, a referência (re)constrói-se discursiva e dialeticamente. O falante-escrevente não é, pois, aquele que produz a realidade em seu

discurso, mas aquele que a *re-produz* discursivamente, submetendo-a – ao mesmo tempo que está submetido ele próprio – à organização da língua tanto como sistema significante com estrutura articulada quanto como prática humana socialmente situada.

A essa *re-produção* discursiva do real, relacionam-se as questões da representação da realidade e da recriação da realidade.

Em "Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística" (1963), lemos que "a situação inerente ao exercício da linguagem [...] confere ao ato de discurso dupla função: para o locutor, **representa a realidade**; para o ouvinte [e leitor], **recria a realidade**" (BENVENISTE, [1963] 2005, p. 26, negritos e acréscimo meus).

A tais questões, faz coro a seguinte citação de "O aparelho formal da enunciação" (1970): "A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a **necessidade de referir** pelo discurso, e, para o outro, a **possibilidade de co-referir** identicamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor" (BENVENISTE, [1970] 2006, p. 84, negritos meus).

Ao representar a realidade, o locutor (falante-escrevente) refere pelo discurso, possibilitando que o alocutário (ouvinte-leitor) correfira discursivamente. Essa *dupla função do ato de discurso* é o que insere a criança na língua como falante-escrevente e na sociedade como participante.

Na aquisição da língua em sua realização gráfica – não diferentemente do que se passa na aquisição da língua em sua realização vocal –, a criança e o outro representam e recriam (ou tentam fazê-lo) realidades discursivas na comunicação intersubjetiva. Essa asserção não supõe nem simetria nem intencionalidade nessa relação, mas sim uma injunção da linguagem humana e de sua realização nas línguas naturais: a incontornável atualização da necessidade de referir e da possibilidade de correferir, com toda a imprevisibilidade, os desencontros e os caminhos sinuosos que pode tomar essa atualização, notadamente na trajetória linguística da criança.

Em tais representações e recriações discursivas do real, acentua-se a arbitrariedade do signo linguístico, sobretudo na passagem da representação icônica à representação linguística, passagem em que a escrita muda da função instrumental (de iconização do pensamento) para a função representativa (de representação do discurso falado e de seus elementos formais).

Nessa mudança, a criança torna-se sensível às vicissitudes da "representação do *objeto real* e [do] caráter evidentemente não necessário, imotivado, do elo que une o signo à *coisa* significada", deixando de tomar como "eixo de referência" a "realidade *objetiva*" e passando a tomar como tal "o caráter 'relativo' do valor" linguístico (BENVENISTE, [1939] 2005, p. 58-59, itálicos e aspas do original), valor tanto do signo em relação aos demais signos quanto dos significantes fônicos em relação aos significantes gráficos e vice-versa. Afinal, é o significante como "tradução fônica de um conceito" o que a escrita alfabética representa e não o significado como "contrapartida mental do significante", tampouco o referente como "objeto *material* [que] não intervém na constituição própria do signo" (BENVENISTE, [1939] 2005, p. 56-57, itálico do original).

Em "A natureza do signo linguístico" (1939), Benveniste relê a tese saussuriana da arbitrariedade da relação significante-significado no interior do signo, deslocando a zona do arbitrário para fora do signo, para a relação deste com o referente. Segundo o linguista, "o que é arbitrário é que um signo, mas não outro, se aplica a determinado elemento da realidade, mas não a outro" (BENVENISTE, [1939] 2005, p. 56).

Ao reconhecer – na escrita – o caráter imotivado da relação signo-objeto, a criança faz a "passagem do ícone à letra", "a passagem da utilização linguística [via fala] à representação *do* linguístico [via escrita], ou, em outras palavras, da língua" (FENOGLIO, 2017, p. 289, itálico do original, acréscimos meus).

Nessa passagem, opera não só a **representação fala-escrita enquanto autossemiotização da língua** (objetivação formal da substância linguística na retomada/retransmissão, pela escrita, dos signos da fala), mas também a **representação língua-realidade enquanto autorreferência da enunciação** (relação entre língua e realidade estabelecida pelo locutor como falante-escrevente de sua língua materna e como participante da sociedade que fala-escreve essa língua).

Essas duas acepções de *representação* – uma mais semiológica e outra mais enunciativa – distanciam-se da tradição filosófica clássica, marcada pelas teorias representacionistas (*cf.* MILNER, 2008) e pelas teorias do reflexo (*cf.* GONÇALVES, 2020). Tal distanciamento deve-se ao fato de a tradição filosófica clássica conceber a língua como nomenclatura de objetos e de ideias preexistentes.

Já a visão benvenistiana pauta-se em uma concepção de língua como sistema semiológico que *produz* uma "realidade intrínseca da língua" (BENVENISTE,

[1966/1967] 2006, p. 230) e como discurso que *re-produz* essa realidade como "realidade do discurso" (BENVENISTE, [1958] 2005, p. 288).

Não há, pois, um mundo/universo existente aprioristicamente, que a língua viria a nomear e que o discurso viria a refletir: não há senão um mundo/universo tal como produzido particularmente por uma dada língua, no seio de uma sociedade e de uma cultura, e tal como reproduzido singularmente por um dado discurso, no seio de uma situação enunciativa.

Assim como a representação enquanto autorreferência não é uma relação especular entre mundo e discurso (visto este não ser um decalque daquele, pois tanto é por ele provocado quanto o configura), a representação enquanto autossemiotização não é uma relação especular entre fala e escrita (visto esta não ser um decalque daquela, pois são ambas realizações da língua, com semelhanças, sim, mas também com diferenças).

Mergulhada no funcionamento dessas representações, a criança vai "se torna[ndo] capaz de operações intelectuais mais complexas" (BENVENISTE, [1963] 1966, p. 30, tradução minha), dentre as quais o narrar e o dialogar por escrito surgem como atos enunciativos dos quais resultam enunciados escritos cada vez mais organizados sistêmica e discursivamente.

Do ponto de vista sistêmico, a escrita da criança vai convergindo, de início, com o princípio alfabético e, em seguida, com as convenções (orto)gráficas e gramaticais que regulam a escrita de sua língua materna em termos de relações fonemas-grafemas, de grafia correta das palavras, de segmentação gráfica, de acentuação etc.

Do ponto de vista discursivo, a criança passa a retomar, a projetar e a simular acontecimentos via enunciação escrita, como quando relata presentes que ganhou de aniversário (retomada) ou, também, quando convida familiares a ir ao cinema (projeção) ou, ainda, quando produz narrativas de super-heróis confrontando vilões (simulação)[5].

Nessa circulação por diferentes escritos, a criança vai reconhecendo o fato de que, devido ao "fundamento da abstração" e ao "princípio da imaginação criadora" (BENVENISTE, [1963] 2005, p. 28), pode escrever não só sobre o existente, como também sobre aquilo que poderia existir, mas não existe, e mesmo sobre aquilo que não poderia existir, mas que, pelo discurso, ela "traz à existência".

[5] Todos esses exemplos são de situações enunciativas registradas na coleta de dados de Oliveira (2022b).

4 Conclusão

Neste artigo, parti da crítica de Cláudia de Lemos (1982) aos estudos aquisicionais que projetam, sobre a fala em constituição, categorias da língua constituída e oriundas de teorias elaboradas mediante tanto a homogeneização de seus objetos quanto a abstração da relação destes com os "sujeitos". Quase meio século após o texto da autora, continua válida sua crítica ao campo da aquisição da linguagem, pois, embora tal campo inclua, atualmente, teorias para as quais são caras a heterogeneidade e a subjetividade, segue uma *práxis* comum a análise categorial da fala e, também, da escrita infantis.

Em outras palavras, se, no passado, as produções linguísticas iniciais eram analisadas a partir de categorias fonológicas, morfológicas e sintáticas, no presente, são igualmente analisadas a partir de categorias textuais, enunciativas e discursivas. O pesquisador parece saber aonde chegará com sua pesquisa antes mesmo de iniciá-la: o desafio da descoberta e da novidade cede lugar à comodidade da aplicação e da paráfrase.

Por certo, a análise categorial não é, em si, um problema; afinal, o linguista necessita de um aparato teórico-metodológico que lhe permita não apenas uma entrada nos *corpora*, mas também uma interpretação destes. O problema – do ponto de vista de uma teoria de aquisição – surge quando a descrição se converte em descritivismo e esquecido é o compromisso maior de uma tal teoria: a explicação da passagem de não falante/escrevente a falante/escrevente. Esse compromisso impõe tanto uma análise longitudinal das mudanças sofridas pela fala e pela escrita da criança quanto uma teorização que não desvie de questões de fundo implicadas nas referidas mudanças.

Em artigo intitulado "A classificação das línguas" (1952/1953), Émile Benveniste manifesta um incômodo semelhante relativamente aos estudos linguísticos de seu tempo, argumentando em favor da necessidade de se

> abandonar esse princípio, não formulado e que pesa sobre grande parte da linguística atual tanto quanto parece confundir-se com a evidência, de que não há linguística a não ser do dado, de que a linguagem reside integralmente em suas manifestações efetuadas. Se assim fosse, o caminho estaria definitivamente fechado a toda **investigação profunda sobre a natureza e as manifestações da linguagem**. O dado linguístico é um resultado e é preciso investigar do que ele resulta. Uma reflexão algo atenta sobre a maneira pela qual uma língua – pela qual toda língua – se constrói ensina que **cada língua tem um certo número de problemas a resolver, os quais se reduzem todos à questão central da "significação"**. [...] É preciso, ainda, começar a **ver além da forma material e não apoiar toda a linguística na descrição das**

> **formas linguísticas** (BENVENISTE, [1952/1953] 1966, p. 117-118, aspas do original, tradução e negritos meus).

Dessa citação do mestre sírio-francês, gostaria de tirar algumas consequências para o campo da aquisição:

(1) um estudo aquisicional deve focalizar, mais do que a descrição de produtos, a explicação de processos, o que requer uma investigação profunda não só das manifestações, mas também da natureza do fenômeno investigado;

(2) assim como cada língua, cada perspectiva teórica de aquisição tem um certo número de problemas a resolver, os quais se reduzem todos à questão central da explicação do vir a ser falante/escrevente;

(3) a resolução desses problemas fundamentais e dessa questão central exige ver além das formas materiais e não apoiar toda a investigação na descrição dessas formas, sendo um imperativo a teorização.

Foi o que busquei fazer em minha tese de doutoramento (OLIVEIRA, 2022b), ao propor uma explicação para a aquisição da escrita a partir da teoria da linguagem benvenistiana. Tal explicação passou pelo enfrentamento de problemas que reputo incontornáveis em qualquer teorização acerca da relação inicial da criança com a língua em sua realização gráfica, quais sejam: a questão da relação fala-escrita, a questão do inato e do adquirido, a questão da consciência metalinguística, a questão da mudança e – tema deste trabalho – a **questão da representação**.

Após retomar, na segunda seção, duas diferentes perspectivas de entendimento dessa questão nos estudos de aquisição da escrita (a perspectiva psicogenética de Emília Ferreiro e a perspectiva interacionista estrutural de Sônia Borges), expus, na terceira seção, a minha perspectiva semiológico-enunciativa a esse respeito.

Em linhas gerais, conforme essa perspectiva, a passagem da escrita icônica à escrita linguística envolve, na constituição da criança enquanto escrevente, a **autossemiotização como representação semiológica fala-escrita** e a **autorreferência como representação enunciativa língua-realidade**. Nessa passagem do ícone à letra, complexificam-se o escrito e o escrever, complexificação que estende, à escrita em constituição da criança, aquilo que já atravessa a sua fala mais constituída: a natureza articulada e significante da língua, assim como o fundamento da abstração e o princípio da imaginação criadora.

Devido aos limites do presente texto, não pude apresentar, aqui, análises de escrita infantil que demonstrassem a pertinência empírica dessas duas principais acepções da noção benvenistiana de *representação*, a acepção semiológica (autossemiotização) e a acepção enunciativa (autorreferência).

Análises dessa natureza encontram-se no Capítulo 5 de minha tese, mais especificamente nas seções 5.2 e 5.3, em que analiso, respectivamente, o que denominei **macro-operação de desdobramento do funcionamento do discurso escrito** e a **macro-operação de discretização do aparelho formal da enunciação escrita**, as quais dão a ver mudanças no vir a ser escrevente ligadas às representações fala-escrita e língua-realidade.

Certamente, tais análises merecem ser retomadas em artigos à parte, como referências de outros enunciados escritos, que deem continuidade à reflexão neste iniciada.

REFERÊNCIAS

BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale 1*. 1. ed. Paris: Gallimard, 1966.

BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale 2*. 1. ed. Paris: Gallimard, 1974.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. Campinas: Pontes Editores, 2005.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2006.

BENVENISTE, Émile. *Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)*. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014 [1968-1969/2012].

BORGES, Sônia. *O quebra-cabeça:* a alfabetização depois de Lacan. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2006.

DE LEMOS, Cláudia Thereza Guimarães. Sobre Aquisição de Linguagem e seu dilema (pecado) original. *Boletim da Abralin*, Curitiba, v. 3, p. 97-136, 1984.

FENOGLIO, Irène. "A língua e a escrita": um distanciamento teórico entre Saussure e Benveniste. *Revista do GELNE*, Natal, v. 19, n. especial, p. 273-298, 2017.

FERREIRO, Emília. A representação da linguagem e o processo de alfabetização. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 52, p. 7-17, fev. 1985.

FLORES, Valdir do Nascimento. *Problemas gerais de linguística*. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2019.

GONÇALVES, Rodrigo Tadeu. *Relativismo linguístico ou como a língua influencia o pensamento*. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2020.

LAPLANTINE, Chloé. « Faire entendre Benveniste ». *Acta fabula*, v. 14, n. 7, p. 1-10, out. 2013.

MILNER, Jean-Claude. *Le périple structural*. Lagrasse: Verdier/Poche, 2008.

OLIVEIRA, Giovane Fernandes. *O problema da referência em Émile Benveniste*. Curitiba: Appris, 2022a.

OLIVEIRA, Giovane Fernandes. *Do* homo loquens *ao* homo loquens scriptor*:* por uma perspectiva semiológico-enunciativa da aquisição da escrita. 2022. 428 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, 2022b.

ONO, Aya. *La notion d'enonciation chez Émile Benveniste*. Limoges: Lambert-Lucas, 2007.

ROSÁRIO, Heloisa Monteiro. *Um périplo benvenistiano*: o semiólogo e a semiologia da língua. 2018. 173 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, 2018.

SCARPA, Ester Mirian. O lugar da holófrase nos estudos de aquisição da linguagem. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 51, n. 2, p. 187-200, jul./dez. 2009.

Artigo submetido em: 24 ago. 2023

Aceito para publicação em: 12 out. 2023

DOI: https://dx.doi.org/10.22456/2238-8915.135075